

ANEXO ÀS CONTAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO:

1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO

Identificação: INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E DA JUVENTUDE, IP

Endereço: Rua Rodrigo da Fonseca, nº 55 1250- 190 Lisboa

Tutela: Secretaria de Estado da Juventude e Desporto

Regime Jurídico: Instituto Público

Regime Financeiro: Autonomia Financeira e Administrativa e Património próprio

Período abrangido pelas demonstrações financeiras: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., abreviadamente designado IPDJ, I. P., é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e de património próprio – Decreto Lei nº98/2011(revisto pelo Decreto Lei 132/2014).

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

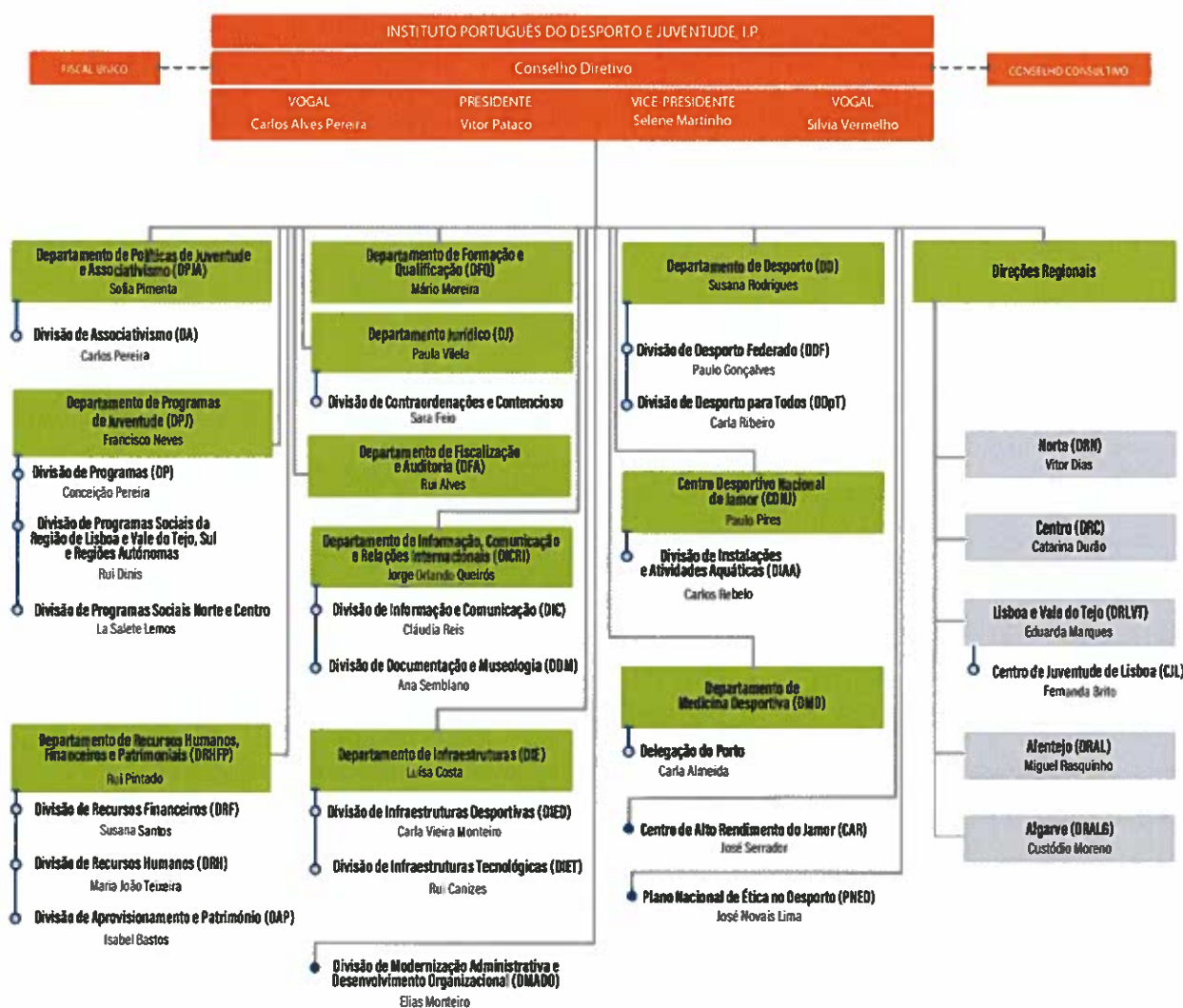
Descrição Sumária das Atividades

As principais atribuições do Instituto são as seguintes:

- a) Promover a formação e a qualificação dos quadros necessários ao exercício de funções específicas nas áreas do desporto e da juventude;
- b) Assegurar as relações externas, no domínio das políticas do desporto e da juventude, em particular com os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- c) Assegurar a realização de ações de informação e sensibilização, no âmbito do desporto e da juventude;
- d) Promover e apoiar, em colaboração com instituições públicas e privadas, a realização de estudos sectoriais e intersectoriais e trabalhos de investigação sobre as áreas do desporto e da juventude;
- e) Assegurar a articulação horizontal entre o IPDJ, I. P., e os diferentes organismos da Administração Pública envolvidos na resposta aos problemas suscitados, na área do desporto e da juventude;
- f) Promover a aplicação e fiscalizar, diretamente ou indiretamente através de pessoas ou entidades qualificadas, o cumprimento das leis, regulamentos, normas e requisitos técnicos, aplicáveis no âmbito das suas atribuições, bem como emitir as autorizações e licenças que lhe estejam cometidas por lei e proceder à emissão de certidões e credenciações legalmente previstas;

- g) Gerir, administrar e conservar as infraestruturas da sua propriedade ou outras que lhe sejam afetas para a prossecução da sua atividade;
- h) Promover de uma forma extensiva, inclusiva e sistemática, junto dos jovens, o conhecimento e acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC), nomeadamente através de ações de formação;
- i) Promover, criar e desenvolver sistemas integrados de informação;
- j) Apoiar a execução de programas integrados de construção, beneficiação, ampliação e recuperação de infraestruturas, bem como pronunciar-se sobre as normas relativas a condições técnicas e de segurança, construção e licenciamento;
- k) Solicitar aos serviços e organismos integrados na Administração Pública, em particular às escolas, instituições de ensino superior e a entidades na área da saúde, a informação e a colaboração que considere necessárias;
- l) Promover a instituição de mecanismos de coordenação interministerial.

Organograma



Recursos Humanos

- 1 — O IPDJ, I. P., é dirigido por um Conselho Diretivo constituído por presidente, vice-presidente e dois vogais, respetivamente, cargos de direção superior de 1.º e 2.º graus.
- 2 — É, também, órgão do IPDJ, I. P., o fiscal único.
- 3 — É, ainda, órgão do IPDJ, I. P., o conselho consultivo do IPDJ, I. P.

No quadro seguinte discrimina-se o número médio de colaboradores, por categoria, ao serviço da IPDJ durante os exercícios de 2023 e 2022:

Cargo / Carreira / Grupo	2023	2022
Dirigentes Superiores 1º Grau	13	13
Dirigentes Superiores 2º Grau	15	15
Dirigentes Intermédios 1º Grau	1	1
Dirigentes Intermédios 2º Grau	3	3
Técnico Superior	198	181
Assistente Técnico	108	107
Assistente Operacional	13	14
Informático	6	6
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	9	9
Médicos	3	3
Enfermeiros	1	1
TSDT	6	9
Técnico Superior de Saúde	1	1
Avenças	39	37
TOTAL	416	400

1.2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

a) Referencial contabilístico adotado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal para o setor público, definidas no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro diploma este que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante designado SNC-AP, e aprova igualmente a quinta alteração ao Decreto -Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto -Lei n.º 36 - A/2011, de 9 de março, e pelas Leis n.ºs 66 -B/2012, de 31 de dezembro, e 83 -C/2013, de 31 de dezembro.

O SNC-AP integra a estrutura concetual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública, e o plano de contas multidimensional, constantes, respetivamente, dos anexos I a III ao presente Decreto Lei, e que dele fazem parte integrante.

O SNC-AP é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão.

Quando o SNC -AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam -se subsidiariamente pela ordem seguinte:

- a) As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- b) O SNC;
- c) As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- d) As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

A Sociedade encontra-se abrangida pelas normas e disposições do diploma que criou o SNC-AP por ser considerada uma entidade pública;

b) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Conta						
Caixa	87 595,39		87 595,39	79 089,66		79 089,66
Depósitos à ordem						
Depósitos à ordem no Tesouro	15 260 572,89		15 260 572,89	7 815 464,09		7 815 464,09
Depósitos bancários à ordem	-294 180,34		-294 180,34	-277 152,50		-277 152,50
Depósitos a prazo	12 000 000,00		12 000 000,00	12 000 000,00		12 000 000,00
Total de caixa e depósitos	27 053 987,94		27 053 987,94	19 617 401,25		19 617 401,25

c) O IPDJ tem como norma e obrigatoriedade legal dotar a conta bancária do IGCP, E.P.E. com parte significativa das suas disponibilidades.

2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCP 3)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCP 5)

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem ao período de vida útil estimado.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam investimentos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valia resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros Rendimentos ou Outros Gastos.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCP 15)

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO (NCP 13)

O rendimento é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rendimento proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO (NCP 14)

SUBSÍDIOS E APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios de entidades públicas, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no Património líquido e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCP 18)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas ao custo ou ao custo amortizado.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a

entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCP 18, são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e, depósitos no Tesouro imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente e na rubrica de Financiamentos obtidos.

CONTABILIDADE E RELATO ORÇAMENTAL (NCP 26)

- a) O objetivo desta Norma é o de regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidades gerais (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública ou reclassificada ou de um perímetro de consolidação, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades.
- b) A presente Norma aplica-se a todas as entidades sujeitas ao SNC -AP, devendo o relato consubstanciar-se nas demonstrações orçamentais que se destinam a satisfazer as necessidades de utilizadores que não estejam em posição de exigir relatórios elaborados para ir ao encontro das suas necessidades particulares de informação.

2.2 – Outras políticas contabilísticas de relevância.

A Sociedade não aplica outras políticas contabilísticas de relevância.

2.3 - Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das Demonstrações financeiras, o Conselho Diretivo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte):

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

2.5 - Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros.

A empresa no exercício económico de 2018, passou a ter como base de registo e relato financeiro e orçamental das suas operações, o normativo contabilístico SNC-AP.

Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas Públicas (NCP), finalidades do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

O SNC -AP permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo, e de informação, nomeadamente:

- a) Evidencia a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental;
- b) Permite uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade;
- c) Proporciona informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos;
- d) Faculta informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados à Assembleia da República, ao Tribunal de Contas e às demais entidades de controlo e supervisão;
- e) Disponibiliza informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;
- f) Permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos;
- g) Proporciona informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.

Não houve alterações em estimativas contabilísticas materialmente relevantes e, não existem quaisquer erros materialmente relevantes de registar.

ANÁLISE PATRIMONIAL E FINANCEIRA

3 – ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1 – Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis;

3.2 - Divulgações sobre ativos fixos intangíveis.

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos intangíveis do IPDJ estão mensurados ao custo deduzido das respetivas amortizações.

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público								
Histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	8 053 815,76	-7 336 849,54		716 966,22	9 008 756,85	-8 217 772,25		790 984,60
Propriedade industrial e intelectual								
Outros					79 283,92	-264,27		79 019,65
Ativos intangíveis em curso								
Total	8 053 815,76	-7 336 849,54		716 966,22	9 088 040,77	-8 218 036,52		870 004,25

b) Métodos de amortização usados;

O método de amortização utilizado é o da amortização anual pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil estimada.

c) Vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

A amortização de um ativo intangível com vida útil definida deve começar quando o ativo estiver disponível para uso.

As taxas de amortização são calculadas de acordo com a vida útil estimada, e nomeadamente tendo em conta o Classificador Complementar 2, que substituiu a Portaria nº671/2000 de 17 Abril que aprovou o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

Rubricas	Quantia escriturada	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reservas de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
	(8)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (8) + (2) + (3) + (4) - (5) - (6) - (7) - (9)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Programas de computador e sistemas de informação	716 966,22	954 941,09					881 922,71			791 984,60
Outros		79 283,92					264,27			79 019,65
Total	716 966,22	1 034 225,01					881 186,98			870 004,25

As aquisições ocorridas no ano de 2023 deveram-se à renovação de licenças da Microsoft, das quais se destacam nomeadamente o licenciamento dos serviços Azure (330.843 Eur) e Office 365, software de servidor bem como renovação do modelo EAS (346.401 Eur). Ainda relativamente aos ativos intangíveis, as restantes aquisições de 2023 decorrem da necessidade de serviços como:

- Serviço de Manutenção evolutiva da plataforma dos Programas da Juventude nos anos 2022 e 2023 – TIPNG (36.900 Eur)
- Renovação (1/7/22 a 30/6/23) - Plano de email Enterprise para 150.000 contactos - E-Goi (13.420 Eur)
- Aquisição de um total de 65 licenças à empresa Nowday válidas por um ano (21.500 Eur)
- Renovação Licenciamento Check Point - CSO SA (41.640 Eur)
- Licenciamento - Portal das Sociedades Desportivas - Edotoutfit Lda. (24.477 Eur)
- Software PhotoBooth - Evolution Evo Lda. (4.587 Eur)
- Licenciamento – OutSystems (127.895 Eur)
- Licença anual eye-able - Eye Able (6.803 Eur)

4 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis do IPDJ estão mensurados ao custo e ao custo revalorizado deduzido das respetivas depreciações.

b) Métodos de depreciação usados

O método de depreciação utilizado é o da depreciação anual pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil estimada.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As taxas de depreciação são calculadas de acordo com a vida útil estimada e nomeadamente tendo em conta o Classificador Complementar 2

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período

(valores expressos em euros)

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Obras de Arte, Coleções e Antiguidades					700,00			700,00
					700,00			700,00
Outros Ativos fixos tangíveis								
Terenos e recursos naturais	14 180 321,79			14 180 321,79	14 180 321,79			14 180 321,79
Edifícios e outras construções	74 555 128,30	39 779 188,29		34 775 940,01	75 494 023,42	43 484 652,02		32 009 371,40
Equipamento básico	9 049 724,74	7 883 616,19		1 166 108,55	9 440 486,40	8 283 900,09		1 156 586,31
Equipamento de transporte	779 109,53	756 332,62		22 776,91	813 578,60	764 772,04		48 806,56
Equipamento administrativo	5 529 509,94	4 430 329,12		1 099 180,82	5 940 516,13	4 914 946,90		1 025 569,23
Outros ativos tangíveis	2 412 671,57	1 983 238,84		429 432,73	2 472 769,34	2 071 765,37		401 003,97
	106 506 465,87	54 832 705,06		51 673 760,81	108 341 695,68	59 520 036,42		48 821 659,26
Ativos fixos tangíveis em curso								
Total	106 506 465,87	54 832 705,06		51 673 760,81	108 342 395,68	59 520 036,42		48 822 359,26

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando:

Rubricas	Quantia escriturada	Variações no período								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições líquidas de depreciações acc	
	(0)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(0)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)-(6)-(7)+(8)-(9)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Obras de Arte, Coleções e Antiguidades		700,00								700,00
		700,00								700,00
Ativos fixos em concessão										
...										
Outros Ativos fixos tangíveis										
Terenos e recursos naturais	14 180 321,79									14 180 321,79
Edifícios e outras construções	34 775 940,01	938 895,12					3 705 463,73			32 009 371,40
Equipamento básico	1 166 108,55	390 978,66					400 500,90			1 156 586,31
Equipamento de transporte	22 776,91	34 469,07					8 439,42			48 806,56
Equipamento administrativo	1 099 180,82	424 013,72					497 625,31			1 025 569,23
Outros ativos tangíveis	429 432,73	60 213,77					88 642,53			401 003,97
	51 673 760,81	1 848 570,34					4 700 671,89			48 821 659,26
Ativos tangíveis em curso										
Total	51 673 760,81	1 849 270,34					4 700 671,89			48 822 359,26

À semelhança de anos anteriores, a rubrica de “Edifícios e Outras Construções” é onde se registam as maiores aquisições do ano. A este nível destacam-se os diversos trabalhos de requalificação e melhoramentos feitos dentro do universo do CDNJ, de onde se pode destacar:

- Empreitada de reparação de danos provocados pelas intempéries de dezembro de 2022 e para manutenção do EN (138.456 Eur)
- Empreitada de requalificação do parque de estacionamento 1 e pista de Cross do CDNJ (121.444 Eur)
- Empreitada de requalificação da sala de convívio e receção do CECQ - Build Magic Asset Lda. (110.344 Eur)
- Empreitada de substituição do depósito de águas quentes sanitárias do CDNJ – Geoterme (132.280 Eur)

Relativamente às restantes rubricas de Ativos Fixos Tangíveis, isto é, “Equipamento Básico”, “Equipamento Administrativo” e “Outros Ativos Fixos”, a grande maioria das aquisições relacionaram-se com a compra de equipamentos e mobiliário seja na esfera do CDNJ, Serviços Desconcentrados ou Centros de Medicina Desportiva.

4.2 - Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos.

Em 31 de Dezembro de 2023, não existe qualquer ativo fixo tangível dado como garantia de passivos.

4.3 - Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos

(valores expressos em euros)

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos	Diminuições	
	2023	2022
Depreciações reconhecidas nos resultados		
Ativos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	3 705 463,73	3 643 348,00
Equipamento básico	400 500,90	405 445,19
Equipamento de transporte	8 439,42	4 191,36
Equipamento administrativo	497 625,31	414 956,46
Outros ativos tangíveis	88 642,53	90 878,33
Total	4 700 671,89	4 558 819,34

5 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO (NCP 13)

5.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

Ver Nota 2

5.2 - Quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período incluindo o rendimento proveniente de

a) Vendas e Prestação de Serviços

	31.12.2023	31.12.2022
Vendas		
Publicações e Impressos		
Outras	31	57
	<u>31</u>	<u>57</u>
Prestações de serviços		
Centro de Estágio da Cruz Quebrada	451 517	403 671
Centro Desportivo Nacional do Jamor	2 073 921	1 872 244
Centro Nacional Medicina Desportiva Lisboa	53 724	54 092
Centro Nacional Medicina Desportiva Porto	78 567	108 958
Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo	16 981	8 851
Direcção Regional do Alentejo	1 750	1 750
Direcção Regional do Algarve	5 000	2 450
Direcção Regional do Centro	9 849	2 943
Direcção Regional do Norte	8 855	4 011
Museu Nacional do Desporto	24	224
Outras prestações de serviços	363 884	380 842
	<u>3 064 070</u>	<u>2 840 034</u>
Impostos e Taxas		
Jogos Santa Casa	58 540 427	59 601 910
Bingo	266 547	135 816
Jogos Online	10 681 802	8 530 569
Taxas	29 200	
	<u>69 517 976</u>	<u>68 268 294</u>
	<u>72 582 078</u>	<u>71 108 385</u>

A rubrica “Jogos Online” contempla uma estimativa de 1.025.000 Euros relativa a Dezembro/23, e para a rubrica Bingo foram estimados 45.000 Euros relativos ao 4º trimestre de 2023, dado que até ao momento de fecho das Contas, não foram disponibilizados os valores reais.

6 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO (NCP 14)

SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

6.1 - Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

O subsídio, destinados ao investimento (Pista de Atletismo), encontra-se a ser reconhecido em resultados, conforme Nota 2, de acordo com o período de vida útil dos ativos tangíveis respetivos, tendo sido reconhecido no exercício de 2023 o montante de 61.402,32 euros.

Para além disso, existem ainda mais programas que envolvem subsídios à exploração (onde se incluem fundos comunitários) e que foram reconhecidos como rendimentos do período de acordo com os gastos incorridos num montante total de 3.054.429 Euros. Entre os mais relevantes apresenta-se:

- PRR – Projeto SUAVA Bicicletas 1.349.462 Eur
- Voluntariado Jovem Florestas – Fundo Ambiental 500.000 Eur
- Programa Escolhas 810.118 Eur
- Semana Europeia do Desporto 160.000 Eur
- Projeto Internet Segura 30.764 Eur

Os valores relativos ao PRR – Projeto SUAVA Bicicletas, encontram-se na sua totalidade também reconhecido em gastos do exercício (Outros Gastos), conforme nota 11-d) do presente documento.

Relativamente ao “Programa Escolhas” refira-se que, a fim de dar cumprimento ao Decreto-Lei n.º 41/2023 de 2 de junho, o IPDJ, I.P sucedeu a partir de 29 de outubro ao Alto Comissariado para os Migrações (ACM, I.P.) nas atribuições e competências, nos direitos, obrigações e na posição contratual relativas ao desenvolvimento de programas de inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis que se materializa através deste Programa. O Programa Escolhas é um programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, cuja missão é promover a integração social, a igualdade de oportunidades na educação e no emprego, o combate à discriminação social, a participação cívica e o reforço da coesão social e destina-se a todas as crianças e jovens, particularmente as provenientes de contextos com vulnerabilidade socioeconómica. De forma a poder haver continuidade na sua execução, em dezembro o IPDJ recebeu uma transferência da AIMA relativa aos saldos do Programa Escolhas, no montante de 628 mil euros, tendo a restante parte dos gastos sido suportados com verbas do Orçamento de Estado.

6.2 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio das entidades públicas de que diretamente se beneficiou.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os valores reconhecidos nos resultados e no património líquido eram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período de 2023			Período de 2022		
			Dem.Resultados	Balanço		Dem.Resultados	Balanço	
				Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em resultados do período		Quantias reconhecidas no património líquido	Imputadas em outros rendimentos e ganhos
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados comativos	Pista de Atletismo e Campo Rugby	61 402,32	61 402,32		61 402,32	61 402,32	
Totais			61 402,32	61 402,32		61 402,32	61 402,32	

7 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

No período findo em findo a 31 de dezembro de 2023, mantiveram-se as provisões constituídas à data, conforme quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

Provisão	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)+(7)+(8)	(10)
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	2 978 602						299 804		299 804	2 678 798
Total	2 978 602						299 804		299 804	2 678 798

Processos judiciais em curso

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pela Entidade e pelos seus advogados, destinando-se a provisão existente em 31 de dezembro de 2023, a fazer face em grande medida aos seguintes processos judiciais:

- Processo ABB 1.752.338 Euros
- Processo Tribunal Administ Lisboa (Susana Luz) 158.149 Euros
- Processo Tribunal Administ Aveiro (Assoc Acad Univ Aveiro) 140.185 Euros
- Processo Tribunal Administ Castelo Branco (Assoc Acad Univ Beira Interior) 137.968 Euros
- Processo n.º 2397/19.OBELSB (José Mário Barbosa da Cunha) 110.626 Euros

8 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2023.

9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

9.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Ver Nota 2

Categorias de ativos e passivos financeiros

9.2 - Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

Clientes/Fornecedores/Acionistas/Estado/Outros créditos a receber e a pagar/ Pessoal / Diferimentos/Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2023, estas rubricas relativamente aos *ativos financeiros* apresentavam a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Ativos financeiros	2023									
	Quantia escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado menos imparidade										
Clientes	2 446 942,94				132 088,52		1 186 009,50		1 393 021,96	
Outras contas a receber	47 259 853,38							5 472 522,58	41 787 330,80	
Diferimentos										
Caixa e Depósitos bancários	19 617 401,25				7 436 586,69				27 053 987,94	
Totais	69 324 197,57				7 568 675,21		1 186 009,50	5 472 522,58	70 234 340,70	

Dando sequência ao levantamento e diligências iniciadas em exercícios anteriores, visando a obtenção de informação que pudesse inferir sobre a natureza e recuperabilidade de créditos de cerca de 2.447.000 euros detidos sobre clientes (fundamentalmente federações, associações desportivas e municípios), foi possível concluir, durante o exercício em apreço, uma análise pormenorizada do respetivo risco de incobrabilidade, junto de quarenta e duas entidades que em conjunto representavam 86% dos citados créditos.

Com efeito, após suspensão, em 2020, dos trabalhos de validação da recuperação de créditos sobre a generalidade dessas entidades, como consequência do impacto da crise pandémica na sua vertente operacional e financeira, foi possível aos responsáveis do IPDJ proceder, com base na análise referida no paragrafo anterior : (i) à contabilização de perdas por imparidade de 1.186.009 euros, para saldos para os quais foram considerados riscos de recuperação; (ii) regularização de saldos de 168 397 euros, contabilizada em 2023 e sem impacto patrimonial (regularização de

recebimentos obtidos em exercícios anteriores e só identificados e contabilizados em 2023); e (iii) regularização de saldos de cerca de 335 232 euros, contabilizada já em 2024 e sem impacto patrimonial (regularização de recebimentos obtidos em exercícios anteriores e só identificados em 2023 e contabilizados em 2024).

Importa, ainda, salientar que os trabalhos de conciliação de saldos de contas a receber (e inerentes interações com os responsáveis das diversas entidades envolvidas), por parte do Departamento Financeiro e Patrimonial do IPDJ, possibilitou ainda aos membros do Conselho Diretivo a obtenção de informação pormenorizada dos valores por cobrar a cinco entidades (4 Federações e 1 Câmara Municipal) – que, em conjunto, totalizavam cerca de 539 mil euros. Esta informação permitiu constatar a existência de evidências de cobrabilidade dos referidos valores e, consequentemente, de não constituição de (eventuais) imparidades.

Para uma melhor compreensão da tipologia de evidências que permitiram a tomada de decisão em apreço, considera-se útil ter presente a seguinte informação de suporte à mesma:

- 1) Plano de pagamentos acordado com uma Federação Desportiva e inicialmente cumprido por parte dos seus responsáveis, foi interrompido após alterações na estrutura diretiva dessa Federação, que teve como consequência a suspensão dos pagamentos acordados em face das conturbações ocorridas com as citadas alterações. Contudo, as informações obtidas permitem concluir que esta entidade possui capacidade financeira para dar continuidade ao plano de pagamentos acordado. Neste contexto, os responsáveis do IPDJ irão retomar o contacto para se reativar a cadência dos pagamentos estabelecidos no plano acordado;
- 2) Apresentação de uma proposta de plano de pagamentos, por parte de uma outra Federação Desportiva, aos responsáveis do IPDJ tendo em vista a regularização do correspondente valor em dívida, a qual se encontra em face de validação e aprovação por parte do IPDJ;
- 3) Conciliação dos valores dos saldos de crédito concedido a duas Federações, obrigam a uma interação complementar por parte da Direção Financeira do IPDJ (e das entidades), no sentido de justificar valores identificados nos respetivos trabalhos de reconciliação e, com base nas conclusões a retirar, proceder às respetivas regularizações;

Relativamente ao saldo da rubrica “Outras Contas a Receber” no montante global de 41,78M de Euros o mesmo decompõe-se, essencialmente, em duas sub-rúbricas:

- “Acréscimos de Rendimentos” no valor de 12,174M de Euros (dos quais 10,89M de Euros da Santa Casa da Misericórdia e 1,07M Euros dos Jogos Online e Bingo;
- “Outros Devedores/Credores – A Regularizar” no valor líquido de 23,16M euros - resultantes do conjunto de ajustamentos e regularizações provenientes, na sua generalidade, de inconsistências e divergências relacionadas com o processo de fusão do IDP e IPJ, sobre as quais ainda não foi possível concluir definitivamente quanto à forma da sua regularização. Concretizando, e tornando mais objetivo o conteúdo da presente nota, importa salientar que o impacto contabilístico destas regularizações ocorreu em 2015, tendo o respetivo valor ficado sedimentado desde 2018, conforme se pode visualizar nos quadros seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Regularizações Caixa	71 079	71 079	71 079	71 079	71 079	71 079	71 079	71 079	71 079
Regularizações Depósitos no Tesouro									83 213
Cauções de Fornecedor	33 477	33 477	33 477	33 477	33 477	33 477	33 477	33 477	
Regularizações Imobilizado Corpóreo	29 436 942	29 436 942	29 436 942	29 436 942	29 436 942	29 436 942	29 436 942	29 436 942	23 124 763
TOTAL DEVEDOR	29 541 498	29 541 498	29 541 498	29 541 498	29 541 498	29 541 498	29 541 498	29 541 498	23 279 055

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Regularizações Fornecedores	459 626	459 626	459 626	459 626	459 626	459 626	459 626	459 626	459 626
Regularizações Depósitos no Tesouro	448 347	448 347	448 347	448 347	448 347	448 347	448 347	448 347	
Regularizações Depósitos à Ordem	491 907	491 907	491 907	491 907	491 907	491 907	491 907	491 907	491 907
Regularizações Estado e Outros Entes Públicos	334 226	334 226	334 226	334 226	334 226	334 226	334 226	334 226	334 226
Regularizações Acréscimos e Diferimentos	3 577 604	3 577 604	3 577 604	3 577 604	3 577 604	3 577 604	3 577 604	3 577 604	3 577 604
Regularizações Amortizações Acumuladas	1 065 465	1 065 465	1 065 465	1 065 465	1 065 465	1 065 465	85 799		
TOTAL CREDOR	6 377 175	6 377 175	6 377 175	6 377 175	6 377 175	6 377 175	5 397 509	5 311 710	4 863 363

Em face do exposto, continua a ser convicção do Conselho Diretivo do IPDJ, I.P., (a exemplo do descrito nos Anexos às Contas de exercícios anteriores), que na presente data não se dispõem de elementos suficientemente objetivos que o habilitem a tomar uma decisão inequívoca quanto a este assunto, o qual é do conhecimento dos respetivos serviços de fiscalização da Inspeção Geral de Finanças e do Tribunal de Contas.

Terminando a análise dos valores constantes da rubrica de Ativos Financeiros, merece ainda registo o saldo evidenciado na rubrica "Caixa e Depósitos Bancários", 87.595 Euros dizem respeito a "Caixa" sendo o restante valor de Depósitos no Tesouro e na Banca Comercial.

Refira-se que relativamente ao saldo de caixa apresentado a 31/12/2023, de um total de receita em numerário entre as diversas Unidades Orgânicas do CDNJ e Centros de Medicina Desportiva, na ordem dos 118.779,81 Euros em 2023, existe um total de 10.891 Euros de receita de 2023 ainda por depositar no decurso de janeiro de 2024. Este montante, mais elevado face ao valor por depositar de 2022 (depositado no decorrer de janeiro de 2023), justifica-se essencialmente pela diminuição da cadência de recolha de valores de numerário por parte da entidade externa subcontratada (Esegur).

Em 31 de dezembro de 2023, as rubricas relativamente aos *passivos financeiros* apresentavam a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Passivos financeiros	2023									
	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Passivos financeiros mensurados ao custo										
Fornecedores	229 279,20								179 551,81	49 727,39
Estado	363 552,90				211 246,24					574 799,14
Outras contas a pagar	8 280 681,55				514 331,40					8 795 012,95
Fornecedores de Investimentos					7 021,31					7 021,31
Diferimentos	753 579,44				800 599,28					1 554 178,72
Totais	9 627 093,09				1 533 198,23				179 551,81	10 980 739,51

- a) O saldo da rubrica Outras Contas a Pagar inclui 6,4M Euros correspondentes aos saldos credores da rubrica “Os Outros Devedores/Credores – A Regularizar”. Para além disso, estão aqui refletidos 2,34M Euros de Acréscimo de Gastos, nomeadamente 1,56M Euros relativos a remunerações a liquidar em 2024 e 767 mil euros relativos a Fornecimentos e Serviços Externos.
- b) O saldo da rubrica *Diferimentos* corresponde essencialmente aos rendimentos diferidos de “Subsídios” onde constam os valores relativo ao projeto da “Pista de Atletismo” (675 mil euros), ao Programa de Recuperação e Resiliência (822 mil euros), e a projetos comunitários diversos num montante de 57 mil euros.
- c) O saldo da rubrica Fornecedores está influenciado pelo facto das faturas só serem lançadas no sistema contabilístico no momento do pagamento.
- d) O saldo da rubrica Estado inclui: 106.707 Euros relativos a IVA, 313.609 Euros relativos a contribuições sociais, e 154.483 Euros relativos a retenção de rendimentos, todos respeitantes ao mês de dezembro de 2023.

Património Líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o património líquido do IPDJ, apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Discriminação	31-12-2023	31-12-2022
Património/Capital	87 513 425,49	87 513 425,49
Outras Variações no Património Líquido	79 283,92	
Resultados transitados	25 370 655,51	30 055 947,64
Ajustamentos em ativos financeiros	(2 370 383,47)	(1 716 035,35)
Resultado líquido do período	(2 879 289,56)	(4 685 292,13)
Totais	107 713 691,89	111 168 045,65

O resultado líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no valor de -4.685.292,13 euros, foi transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

O montante registado em "Outras Variações no Património Líquido" está relacionado com o processo de doação pela Camara Municipal de Leiria do direito de utilização de um terreno pelo período de 50 anos.

Relativamente aos "Ajustamentos em Ativos Financeiros" a diminuição de 654.348 Euros no exercício de 2023 foi relativa às variações ocorridas nos capitais próprios das participadas, na seguinte forma:

- Movijovem - 522.538 Euros
- Fundação do Desporto - 100.426 Euros
- Fundação da Juventude - 31.384 Euros

Por via desses movimentos os Fundos Próprios passaram de 111.168.045,65 Euros em 2022 para 107.713.691,89 Euros em 2023.

10 – INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Os Interesses em Outras Entidades estão contemplados na rubrica "Investimentos Financeiros" que expressa as participações Financeiras do IPDJ na Movijovem, Fundação da Juventude e Fundação do Desporto.

Em face do exposto a rubrica de Investimentos Financeiros totaliza à data de 31.12.2023 o valor global de 1.446.525,15 Euros discriminado pelas seguintes participadas:

- Movijovem 508.002,00 Eur
- Fundação da Juventude 485.128,82 Eur
- Fundação do Desporto 453.394,33 Eur

No quadro seguinte evidenciamos as participações detidas, bem como, o método utilizado para a mensuração do investimento.

Entidade Participada	Participação detida		Balço da Entidade Participada 31.12.2023		Mensuração do Investimento
	%	Valor	Capital próprio	Resultado líquido	
Movijovem	80,0%	508 002	635 003	22 808	Método de Equival Patrimonial
Fundação da Juventude	13,5%	485 129	3 593 547	2 268	Justo Valor
Fundação do Desporto	40,9%	453 394	1 107 750	57 427	Método de Equival Patrimonial
		1 446 526	5 336 300	82 503	

11 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

(Divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados).

a) Discriminação da conta "Fornecimentos e Serviços Externos":

(valores expressos em euros)

Discriminação	31-12-2023	31-12-2022
Electricidade	1 509 441,34	1 044 693,27
Combustíveis	66 111,93	73 098,80
Água	268 131,31	373 931,42
Outros fluidos	755 236,68	985 926,32
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	14 575,39	23 569,17
Livros e documentação técnica	19 871,44	19 546,35
Material de escritório	9 539,73	29 523,19
Artigos para oferta e de Publicidade e Divulgação	39 503,93	23 231,24
Materiais de Consumo	102 851,31	72 601,48
Artigos de Higiene e Limpeza	4 708,29	36 528,07
Rendas e alugueres	867 810,52	915 383,37
Subcontratos e Parcerias	459 522,44	368 297,74
Comunicação	255 507,59	273 805,86
Seguros	187 727,48	196 194,57
Transportes de mercadorias	30 941,25	8 249,50
Transportes de pessoal	5 470,17	6 204,16
Transporte Escolar	13 922,97	5 770,00
Deslocações e estadas	174 724,80	178 413,13
Comissões	4 771,39	11 153,94
Honorários	665 987,74	610 212,35
Conservação e reparação	965 823,08	1 226 243,60
Publicidade, Comunicação e Imagem	270 271,89	274 456,29
Limpeza, higiene e conforto	1 349 629,95	1 264 916,58
Despesas de Representação		534,02
Material Educação, Cultura e Recreio	43 678,29	6 883,50
Medicamentos e Artigos p/ Saúde	21 670,31	74 084,56
Produtos Químicos e de Laboratórios	95 380,44	310 807,42
Vigilância e segurança	1 535 136,77	1 346 755,41
Trabalhos especializados	1 367 348,14	1 466 588,35
Contencioso e Notariado	504,72	85,00
Licenças	41 013,03	37 341,69
Outros fornecimentos e serviços	137 774,99	91 756,72
Totais	11 284 589,31	11 356 787,07

Conforme se pode constatar no quadro acima, os "Fornecimentos e Serviços Externos" (FSE) mantiveram-se praticamente em linha com o registado em 2022 (uma diminuição de apenas 72 mil euros), tendo sido as rubricas

“Eletricidade” e “Vigilância e Segurança” aquelas que registaram maiores aumentos (653 mil euros no total), e as rubricas “Água”, “Outros Fluidos”, “Conservação e Reparação” e “Produtos Químicos e de laboratório” aquelas que apresentaram maiores diminuições face a 2022 (812 mil euros no total).

b) Discriminação da conta “Gastos com o Pessoal”

(valores expressos em euros)

Discriminação	31-12-2023	31-12-2022
Remunerações dos órgãos directivos	276 402,94	181 187,92
Remunerações do pessoal	9 168 349,33	8 203 099,66
Benefícios Pós Emprego	24 275,10	7 629,73
Indemnizações	30 948,76	34 926,72
Encargos sobre remunerações	2 242 381,86	1 978 687,30
Outros custos como pessoal	135 696,19	106 541,46
Totais	11 878 054,18	10 512 072,79

A rubrica “Outros Custos com o Pessoal” engloba essencialmente (105 mil euros) remunerações por doença.

c) Discriminação da conta “Outros Rendimentos”

(valores expressos em euros)

Discriminação	31-12-2023	31-12-2022
Rendimentos suplementares	315 926,80	249 371,20
Recuperação de Contas a Receber	45 473,51	62 953,08
Correções relativas a períodos anteriores	777 351,09	517 333,25
Subsídios para investimento	61 402,32	61 402,32
Rendimentos em entidades associadas (MEP)	41 750,87	121,91
Totais	1 241 904,59	891 181,76

A rubrica “Rendimentos Suplementares” diz respeito a arrendamentos de espaços e equipamentos, nomeadamente alugueres de salas e auditórios por parte das Direções Regionais.

Os 41.750,87 euros contabilizados em “Rendimentos entidades associadas” pelo método de equivalência patrimonial, são relativos às participações na Movijovem e na Fundação do Desporto, respetivamente 18.246 Euros e 23.504 Euros.

d) Discriminação da conta "Outros gastos":

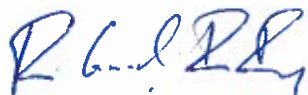
(valores expressos em euros)

Discriminação	31-12-2023	31-12-2022
Impostos e Taxas	24 626,23	18 974,06
Gastos em entidades controladas, associadas		50 190,40
Correcções relativas a períodos anteriores	70 894,13	527 027,49
Outros não especificados	1 260 110,54	714 025,36
Totais	1 355 630,90	1 310 217,31

Dos 1,26M euros contabilizados em "Outros não especificados", 1,255M euros correspondem aos gastos incorridos com a compra de bicicletas do projeto PRR – SUAVA.

Lisboa, 27 de março de 2024

O Diretor do
DRHFP



RUI PINTADO

Diretor do Departamento de Recursos Humanos,
Financeiros e Patrimoniais

O Conselho
Diretivo

Vitor Pataco
Presidente do Conselho Diretivo



Carlos Manuel Pereira
Vogal do Conselho Diretivo



Sílvia Vermelho
Vogal do Conselho Diretivo

